

Fernando Pessoa, *Il Caso Vargas*, cura e traduzione di Simone Celani, Roma, Filo (coll. Albatros, n.º 4), 2006, 142 pp. (ISBN 88-7842-367-X).

Maria de Lurdes Sampaio

No ano de 2006 são publicados em Itália, pela editora Filo, dois volumes de textos em prosa de Fernando Pessoa, sendo a organização e tradução dos textos da responsabilidade de Simone Celani. Trata-se de *Saggi sull' lingua* e *Il Caso Vargas*. A edição destes textos integra-se claramente no âmbito de um fenómeno mais alargado, que remonta à última década do século XX, de valorização dos textos em prosa pessoanos e, a priori, nada pareceria justificar uma especial atenção a este evento editorial italiano. Mas a publicação de uma obra atribuída a Fernando Pessoa, intitulada *Il Caso Vargas*, coloca-nos perante uma situação deveras singular e insólita no século XXI, a merecer um estudo de caso por parte de especialistas em crítica genética e crítica textual: não existe em Portugal qualquer artefacto material, publicado com o título *O Caso Vargas*, passível de ser traduzido para o italiano (ou para qualquer outra língua), como a informação protocolar na capa interior parece sugerir: "Traduzione dal portoghese a cura di Simone Celani". Tendo em conta os paratextos que o volume contém, também a informação "Cura e traduzione di Simone Celani" não é muito esclarecedora, sobretudo para o leitor mais desprevenido que não atente nas breves notas de apresentação da contracapa (ela própria fonte de equívocos suplementares). Perante um volume como *Il Caso Vargas*, os conceitos "Texto de partida" (TP) e "Texto de chegada" (TC) são completamente inoperacionais. Poder-se-ia dizer, decalcando-nos em Eduardo Lourenço, que se o *Livro do Desassossego* é mais nosso do que de Pessoa, dado que "sendo dele", o poeta nunca teve esse texto, *material e fisicamente*, perante os seus olhos, "O Caso Vargas", título e projecto ficcional de uma "novela policiária" (do qual restaram vários fragmentos) é mais dos leitores italianos do que dos leitores portugueses (ou do que do próprio Pessoa).

Até à data da edição italiana (Maio de 2006) o que existia publicado em Portugal pertencente a "O Caso Vargas" resumia-se ao seguinte: 1) aos fragmentos editados por Fernando Luso Soares na revista *Investigação*, em 1953 (Julho, n.º 3: 61-75), reeditados posteriormente quer por FLS quer por outros críticos pessoanos; 2) aos fragmentos editados por Ana Maria Freitas na revista *Mealibra*, Inverno 2003/2004 (n.º

>>

13, Série 2: 12-14) – com elencagem dos capítulos da “novela”, sumário dos respectivos conteúdos e transcrição do que deveria ser o último capítulo. E só em Junho de 2006 viriam a lume outros fragmentos inéditos de “O Caso Vargas”, na edição crítica, *Escritos sobre Génio e Loucura* (secção “Ficções”, vol. II, INCM), da responsabilidade de Jerónimo Pizarro.

O volume publicado em Itália, *Il Caso Vargas*, sem grande aparato erudito, é o resultado de um trabalho de reconstrução desse projecto pessoano a partir do levantamento, selecção e organização dos fragmentos existentes no Espólio, e reunidos nos envelopes 2714V2, 2715V2 e 99. Numa “Nota previa”, SC informa o leitor sobre as fontes utilizadas e sobre os critérios que nortearam o seu trabalho de *metteur-en-scène*, completando estes dados com uma louvável listagem dos documentos usados, incluída no final do volume. Nessa lista topográfica, intitulada “Notizia sugli Originali e le Edizioni Precedenti”, é também indicada a natureza material de cada fragmento editado (manuscrito, dactiloscrito e/ou misto). Celani procede, de seguida, à apresentação de cinco esquemas elaborados por Pessoa, descrevendo de forma sucinta o seu conteúdo, e informa-nos sobre o esquema seleccionado para a fixação e articulação das folhas soltas guardadas nos referidos envelopes. Esta “Nota previa” compreende ainda algumas considerações sobre a disparidade dos fragmentos (uns com anotações muito esquemáticas, outros com secções bastante desenvolvidas), sobre a existência de esboços que não podem atribuir-se inequivocamente a “O Caso Vargas” e sobre a eventual responsabilidade das pessoas que procederam à catalogação pela precária arrumação dos papéis. Estabelecendo uma analogia entre o trabalho de ordenação dos fragmentos e a composição de um *puzzle*, SC conclui esta nota, afirmando que não se propôs reconstruir uma hipotética narrativa completa, mas empreendeu “un tentativo di rendere un’idea dello stadio in cui si trovava il racconto al momento della morte dell’autore: incompleto, ancora aperto, ma con una direzione ben tracciata verso la sua possibile forma finale” (p. 28).

Sendo escassos os fragmentos pertencentes a esta “novela” publicados no nosso país, e não existindo no volume italiano um exaustivo aparato genético, torna-se impossível ajuizar sobre o rigor deste trabalho editorial. Mas a própria “Nota previa”, bem como a concepção do volume (i.e., a sugestão de *obra*) indiciam alguns problemas que o cotejo com os fragmentos em português vem reforçar. Não se compreende que SC afirme logo no início da referida “Nota”, baseado nas folhas constan-

tes dos três envelopes com que trabalhou, que o “numero complessivo delle carte che compongono *O Caso Vargas* è dunque di 140” (p. 25). Num momento em que o inventário de todos os fragmentos pessoais está por realizar é de questionar esta apresentação, pois só o percorrer minucioso de todas as áreas do Espólio permitirá clarificar-nos quanto ao número de folhas (e de fragmentos) relativos a “O Caso Vargas”. Esta questão emerge já na edição deste volume, quando nos confrontamos com a sequência intitulada “Prefazione a Quaresma di Fernando Pessoa”, que precede a “novela” *Il Caso Vargas*. SC não explica os critérios que o conduziram à selecção desses três esboços e à exclusão de outros existentes no Espólio. Equívoco é, porventura, numa “Nota previa” que visa o esclarecimento do leitor, um comentário sobre a ideia de recursividade de “elementos”, quando se sublinha o carácter fragmentário e de incompletude da “novela”: “È come se ci trovasse di fronte ad una scultura che viene abbozzata da più parti (...); o meglio, a un’ architettura incompiuta, che presenti alcuni bozzetti preparatori e includa inoltre alcuni *elementi di riutilizzo*”; da tutto ciò deriva comunque *un’idea dell’opera finita*” (p. 27; itálico meu). Também é de questionar o desvio, no capítulo XII, do critério de inclusão, no início de cada capítulo, da respectiva síntese, redigida pelo próprio Pessoa. SC explica em nota de rodapé, na “Nota previa”, que omitiu voluntariamente esse texto, pois ele dissiparia a surpresa do leitor, ao antecipar a identificação do culpado.

Também o cotejo entre os fragmentos editados por SC e os já editados por Ana de Freitas e Jerónimo Pizarro dá conta de divergências que poderão revelar-se significativas e que justificam *a priori* a tarefa de uma edição crítica de “O Caso Vargas” em português (a língua do original). Embora quer SC quer JP estejam de acordo quanto à ideia de que esta seria a “novela policiária” de maior fôlego projectada por Pessoa, JP opta pela transcrição de um esquema da “novela” que contém apenas 12 capítulos por considerar que é o mais recente. Já AF e SC parecem optar pelo mesmo esquema, a avaliar pelo número de capítulos apontados (14), mas há diferenças na transcrição do capítulo XIV, o único editado na *Mealibra*. Os fragmentos de *Il Caso Vargas*, numerados 53b, 53d não surgem na edição de Ana de Freitas, assim como não surge parte do fragmento numerado 53e. Trata-se de fragmentos onde o criminoso discorre sobre o modo como pretendia levar a polícia a pensar que estava perante um caso de suicídio e não de homicídio.

Já no que diz respeito à tradução propriamente dita, o simples con-

>>

fronto deste capítulo em português com o equivalente italiano parece provar uma tradução cuidada e adequada ao texto de Pessoa, mas só um sistemático estudo comparativo dos TP e dos TC pode revelar-se conclusivo.

Quanto à organização do volume na sua totalidade, é ainda de salientar o enquadramento histórico-crítico da "novela" feito na secção "Introduzione" (pp. 5-28), que antecede a "Nota previa", subdividida, por sua vez, em três partes: "1. Fernando Pessoa e la prosa narrativa"; "2. Fernando Pessoa e le 'detective stories'"; "3. La serie 'Quaresma decifrador'". Na 1.^a parte é traçado um historial sobre a progressiva descoberta de um autor modernista que não se confinou à poesia, mas que ao longo da sua vida foi escrevendo, sem publicar (salvo algumas excepções como *O Banqueiro Anarquista*), um conjunto qualitativa e quantitativamente impressionante de textos em prosa de carácter diverso (ficcional, filosófico, político, linguístico, de teorização e de crítica literárias, etc.). Oferece-se ainda nesta parte uma visão panorâmica da polémica recepção desses textos ao longo de décadas (e sobretudo das "novelas policiais"). Na 2.^a parte desta introdução, SC procede à fundamentação do interesse de Pessoa pelo género policial apoiando-se nos dados de que dispomos: leituras, trabalhos de tradução, variados planos editoriais, esboços de reflexão teórica sobre o policial e, sobretudo, os inúmeros fragmentos de "novelas policiais", que começaram a vir a lume em 1953. Já a 3.^a parte apresenta uma visão mais pormenorizada dos projectos pessoanos na área do policial, detendo-se nos planos do que Pessoa designou por "Série Quaresma" (a concepção de "livrinhos" separados, títulos, resumos dos enredos, etc.) e na apresentação do protagonista e dos seus métodos de investigação: o detective Dr. Abílio Fernandes Quaresma. Baseando-se explicitamente nos estudos de Luso Soares, SC apresenta Quaresma como um detective cerebral, "dedutivo", cujos modelos terão sido August Dupin e Sherlock Holmes, mas também Father Brown e Perry Mason. Ressalta-se ainda nesse lugar o excepcional interesse deste detective luso por questões de psicopatologia. E SC conclui desta forma o retrato de Quaresma: "Quaresma è dunque, anche lui, espressione di un tipo di personaggio che Pessoa aveva particolarmente a cuore, in qualche modo un altro Bernardo Soares (che a sua volta era un altro Fernando Pessoa), un uomo all'apparenza insignificante, ma com una galassia intera dentro" (p. 24). Nenhuma referência é feita neste espaço à investigação conduzida por agentes da polícia e a um outro autor de estimação de Pessoa: Freeman Wills Crofts (que inspirou a novela "The Mouth of Hell").

Perante o teor da estrutura e das informações desta "Introduzione", não será descabido inferir que este volume foi concebido a pensar num público vasto e heterogéneo, e, em particular, no leitor do género policial, na sua vertente dedutiva – ideia que parece confirmar-se quando atentamos no modo como ele foi recenseado na imprensa periódica de Itália. O site da editora Filo oferece alguns dados elucidativos. Aí se pode ler que em *Il Corriere della Sera*, a secção "Cultura" dedicou a primeira página a *Il Caso Vargas*, publicando um artigo assinado por Marzio Breda com o título "UN COLPO DI PISTOLA. E PESSOA TRADÌ LA POESIA – Dalle carte mai lette del genio portoghese la sfida a Poe e Conan Doyle" (Um tiro de Pistola e Pessoa traiu a poesia – Dos papéis nunca lidos do génio português o desafio a Poe e Conan Doyle). E que no jornal *La Stampa*, *Il Caso Vargas* foi objecto de um artigo de Nico Orenco, intitulado "Pessoa detective: il sommergibile è un mistero" ("Pessoa detective: o submarino é um mistério").

É possível que estes títulos, de algum modo sensacionalistas, ou mesmo falaciosos (como no segundo caso, na identificação Pessoa/Quaresma e na sugestão de um enredo inexistente), correspondam a uma política editorial daqueles jornais, mas eles não deixam também de reflectir algumas características internas e externas do livro em questão. A nota de apresentação da "novela" que consta na contracapa procura claramente ir ao encontro de certas expectativas do leitor do género policial – expectativas essas que bem podem ficar defraudadas quando este se defronta com os primeiros 7 capítulos da "novela" (preenchidos por investigações de inspectores da Polícia) e se depara, de seguida, com as exaustivas dissertações de Quaresma, que exhibe a sua "arte de raciocinar" e os seus conhecimentos das teorias de Lombroso e de Nordau. O sumário da contracapa sugere mesmo uma história com uma intriga bem delineada, que, no fundo, apenas existe latente no *incipit* da história, e que aqui se relata num discurso que pretende acentuar a atmosfera de mistério e de *suspense* da "novela": "È notte fonda, Carlos Vargas si incammina da solo per una strada secondaria, deve incontrarsi com un amico per restituirgli mille reis. Oltre al denaro, porta com sé anche i piani riservati di un sommergibile che un comandante della Marina gli ha poco prima affidato. (...) Sembrerebbe un suicidio ma ricorrono anche tutti gli elementi di un assassinio: un vero enigma, dunque un caso ideale per il Dottor Abílio Quaresma, decifratore e sciaradista". Também na contracapa verificamos a tendência para se rasurar, na súmula da história, a vertente realista da "novela". Não só o relevo

>>

dado ao detective racional Quaresma pode ser explicado em função de uma tradição nacional que remonta a Fernando Luso Soares como poderá ir ao encontro de uma preferência do público italiano (apontada por especialistas do género como Stefano Tani) pela novela policial dedutiva. Compreende-se, pois, que a editora tenha colocado na contracapa, em destaque, à laia de divisa, um dos princípios de investigação de Quaresma: "Vengo a sottoporvi argomenti. I fatti sono cose. Contro gli argomenti i fatti non sussistono" (Cap. VIII: 67). Mais problemática nesta nota de apresentação é a informação que encerra o texto e que entra em contradição com as palavras supracitadas de Celani sobre o propósito de apenas dar conta de um *work in progress*: "De *Il Caso Vargas*, capitolo iniziale di questa serie progettata e mai portata a termine dal grande genio portoghese, qui si propone *la prima ricostruzione integrale*, condotta sugli originali conservati in quella sorta di sorprendente sciarada di enigma letterario ancora irrisolto che è lo stesso Fondo Pessoa" (itálico meu).

Apesar de algumas reservas que esta edição italiana de "O Caso Vargas" levanta (ou, sobretudo, por causa delas), a sua leitura deixa claro o imperativo de se proceder a uma edição portuguesa dessa "novela" para que possa ser objecto de leitura e/ou de estudo por parte dos investigadores dos textos ficcionais de Pessoa quer em Portugal quer noutros países. Algumas particularidades atrás assinaladas parecem, por si só, aconselhar a continuação da pesquisa no Espólio e a elaboração de uma edição crítica que dê conta das variantes existentes (lexicais, de capítulos ou outras) e das possibilidades combinatórias em aberto.

A importância de "O Caso Vargas" decorre do crescente reconhecimento público do valor quantitativo e qualitativo (menos consensual, neste caso) dos textos em prosa de Pessoa e de outros motivos menos evidentes como o estilo da escrita ficcional pessoana dita "menor" — a solicitar quer uma análise microtextual quer estudos comparatistas de ordem intertextual, interdiscursiva e intersemiótica. Tomando apenas como exemplo o último capítulo de "O Caso Vargas", relevaria o modo como se combina (ou intersecciona) neste texto um discurso abstracto, formal, marcado por conceitos e vagas imagens, com um discurso "objectivante", onde o sujeito que fala exprime determinados estados de espírito no recurso a imagens bem concretas. Atente-se nos seguintes exemplos (citados em português a partir de *Mealibra*): i) "Senti-me sempre dois indivíduos — um a pensar, outro a sentir. Quase que vejo na minha alma o espaço que está aberto entre os dois." (...) Posso tremer

como varas verdes, mas penso, nesse próprio momento, como uma lâmina de aço” (loc. cit.: 13); ii) “Fiquei pasmado sem emoção – a olhar para dentro de mim como para uma paisagem qualquer, descoberta sob o mar ao virar um ângulo da estrada” (*ibidem*). Por outro lado, há que sublinhar o modo como o narrador desliza metonímica e metaforicamente do sentido literal de “planos [do crime]” para os sentidos cénicos de “planos”, associados quer ao teatro quer ao cinema. Os exemplos são muitos, com referência explícita a estas duas artes e insistência quer na visualidade quer nas ideias de desdobramento do *sujeito/narrador* em actor e espectador: i) “No entanto, como se estivesse pensando e vendo separadamente, vi desenrolar-se diante da minha imaginação a fita cinematográfica do crime...” (*ibidem*); ii) “Mas – coisa curiosa! – os perigos não me surgiam em coisas que temer, mas simplesmente em coisas que evitar; e as dificuldades pareciam-me episódios de um filme qualquer, puramente mental. Cheguei a pensar, vagamente, num intervalo qualquer de não sei quê, se estaria doido, mas quase me senti sorrir, sossegado, ao sentir um deslizar fácil e não voluntário do meu ser todo para um plano inclinado sem saliências” (*ibidem*); iii) “O plano apareceu-me de um modo estranho, principalmente visual – através de indumentária vista, ruas vistas, casas, esquinas à noite, o guarda-nocturno” (*idem*: 14). Por último, e como já estes trechos sugerem, se neste fragmento de “O Caso Vargas” reconhecemos muitos traços da prosa pessoal, há, nesta confissão do criminoso, singulares paralelismos (ou contaminações) com uma certa imagética da prosa de Mário de Sá-Carneiro (por exemplo, *A Confissão de Lúcio*). Mais do que epidérmicas afinidades temáticas (o crime, a vigília, o sonho, a vontade ou a loucura) são certos estilemas, certos paradoxos (pessoanos e de Sá-Carneiro) que sugerem a aproximação a esta e a outras novelas deste escritor amigo de Pessoa. Alguns exemplos: i) As minhas razões de queixa eram grandes, mas ficava sempre em mim uma espécie de vago. (...) Senti para traz, às avessas: senti que tinha sempre querido matar o Vargas, sem o sentir nem saber” (*Mealibra*: 13); ii) “Tive, quando muito, uma vaga pena de estar pensando assim – mas não sei porquê” (*ibidem*); iii) “Mas ao pensar isto, não o pensava” (*ibidem*).

Um estudo comparativo desta e de outras novelas, como, por exemplo, “The Door” (de Pessoa) e “A Grande Sombra” (de Sá-Carneiro) poderia constituir um valioso contributo não só para um melhor conhecimento da obra em prosa destes dois escritores como do próprio Modernismo – agora que parecem cada vez menos pertinentes

os juízos de alguns críticos de que o nosso primeiro Modernismo não produziu ficção. O que pode ser "verdadeiro" à luz de uma poética realista, mas não à luz do pós-modernismo, com a valorização do fantástico, do grotesco, do género policial e de formas narrativas caracterizadas pela indeterminação de géneros, pela contaminação ou pela inorganicidade.

Outro motivo a justificar a edição desta obra prende-se com a necessidade de se proceder a uma reflexão mais aprofundada, alargada à comunidade científica, da natureza e importância das "novelas policiárias" de Pessoa quer na sua relação com o género policial quer na relação com a obra ficcional e ensaística já editada. Levantado que parece estar o anátema de Gaspar Simões, que, em 1964, se referia a *O Banqueiro Anarquista* e aos "romances policiários" [sic] como algo de "verdadeiramente inútil, de realmente 'insano'" (DN: 17.12.64:15-16), impõe-se uma nova abordagem dessas "novelas", à margem do rótulo cristalizado de "contos de raciocínio", que instaurou uma tradição de recepção redutora e homogeneizante. Contra esta tradição, poder-se-ia iniciar esse processo de revisão com uma atenção suplementar a essa espécie de *matéria negra* que é "a alma do assassino", omnipresente nas "novelas policiárias" de Pessoa, mesmo quando a sua visibilidade não é tão ostensiva como em *Il Caso Vargas* (cf., por ex., "A Carta Mágica" ou "O Roubo na Quinta das Vinhas").

Não só muitas das dissertações de Quaresma na "novela" em análise têm como finalidade fazer o estudo do assassino como *Il Caso Vargas* termina com uma subversão de uma convenção do policial clássico, dando a palavra ao assassino e não ao detective. Embora o capítulo seja apresentado como inconcluso, é nele que se procede à dilucidação do mistério, com o assassino a confessar o seu crime e a explicar os seus planos e processos psicológicos, num processo de auto-análise bem invulgar na novela policial dedutiva. A importância que esta figura adquire não é, aliás, exclusivamente determinada por questões do foro psicológico, como se pode deduzir do paralelismo que Quaresma estabelece entre o assassino e o "dramaturgo" (p. 110), ou quando afirma que o assassino é a seu modo, "un uomo di genio, un perfetto artista dell'omicidio" (Cap. XII: 118).

Compreende-se que nos anos 50 do século passado, com o objectivo de dignificar o género policial, Luso Soares tenha exacerbado o *topos* da inteligência e a figura do detective racional, ou que tenha recalcado, no contexto da época, a atmosfera prosaica e realista dos entediantes inquéritos policiais que constam dos fragmentos em discussão. Mas, no

presente, face a um melhor conhecimento (ou divulgação) das “novelas policiais” pessoas e face à própria evolução ou mutações do género ao longo do século XX, o *interesse de Pessoa pelo assassino* pode ser lido como um sintoma de uma deliberada revisão ou desconstrução das próprias convenções do género policial e uma antecipação de tendências que só se manifestariam de forma mais sistemática no romance policial a partir dos anos 50: a crise do racionalismo, a queda do mito do super-detective dedutivo, e a gradual “promoção” do criminoso como protagonista. Se “a arte de raciocinar” interessa a Pessoa, os processos mentais do homem com comportamentos desviantes da *normalidade* – “o génio, o louco e o assassino” – são objecto de um fascínio de que dão conta muitos dos seus textos ficcionais e ensaísticos. Em *Il Caso Vargas* presente-se que Quaresma é apenas um porta-voz de Pessoa quando dá os seguintes conselhos: “Chi vuol sapere cosa sia l’isteronevrastenia, per esempio, non legga un trattato di psichiatria: legga l’*Amleto*. Chi vuol sapere cosa sia la demenza terminale, non legga un trattato di psichiatria: legga il *Re Lear*” (Cap. XII: 92).

Por último, e articulado com o que se acabou de expor, outro motivo para a edição portuguesa de “O Caso Vargas” é a *revelação* (i.e., o desmascarar) do grande artifício do policial clássico, tal como ele surge claramente em muitos romances de Agatha Christie: regra geral, o assassino não refuta a acusação que lhe é feita pelo detective, confessando espontaneamente os seus crimes. Nesta “novela” de Pessoa, Quaresma disserta longamente perante um juiz de instrução criminal para provar que o assassino é o amigo da vítima. Impressionado por esta espécie de “macchina raziocinante” e pelo espectáculo de prestidigitação a que diz ter assistido, o juiz sentencia, porém, a inutilidade dos argumentos de Quaresma perante a Lei: “I suoi argomenti costituiscono una prova logica assoluta. (...) A livello giuridico (...) non provano nulla” (Cap. XIII: 123). O juiz lembra ao detective que um bom advogado impediria a condenação do suspeito, face à inexistência de provas materiais e de testemunhas, e interroga-o sobre os caminhos a seguir para fazer a acusação formal ou levar o criminoso a confessar. Perante um juiz atónito, Quaresma responde que o processo reside na “tortura mentale”, ou, numa expressão sinonímica não menos obscura, na “tortura intellettuale”. Com esta expressão se encerra o capítulo XIII, ficando por explicar o modo como se concretizaria essa tortura. O capítulo XIV é literalmente, em termos narratológicos, um vazio, uma elipse no texto: nada se conhece para além de um título. Mas quer esse “vazio” quer o estranho e disso-

nante título alusivo à culinária "Baccalà alla Guedes" ("Bacalhau à Guedes") bem podem sugerir a dimensão parodística desta "novela", que, por sua vez, explicaria a hipertrofia da teorização, da prolixidade de tipologias apresentadas e do excesso de raciocínio (que já só se tem a si mesmo como objecto). E mesmo que venha a descobrir-se no Espólio um qualquer fragmento que constitua o capítulo XIV (a explicar o modo como se processa a tortura intelectual), a evidência crítica das palavras do juiz nunca será anulada: elas põem a descoberto o jogo, o artificialismo e a intervenção do *deus ex machina*, que é a confissão espontânea do criminoso.

304>305

Se o interesse de Pessoa pelo género policial pode ser em parte explicado pela teoria de Brian McHale de que o policial, na sua tradição dedutiva, é "the epistemological genre *par excellence*", e modalidade anti-tética do romance realista, é possível que Pessoa tenha, nesta "novela", feito implodir as regras do género, numa espécie de experimentação parodística, levada ao limite, das suas convenções.

Se é certo que Pessoa é, inequivocamente, um autor transnacional, universal, apropriado (e, por vezes, *expropriado*) das mais diversas maneiras, não há razão para que os seus textos, sobretudo os que foram escritos em língua portuguesa, encontrem hospitalidade e acolhimento noutras *línguas-pátrias*, mantendo-se desconhecidos ou inacessíveis no nosso país. Se outro mérito não tivesse, o volume *Il Caso Vargas*, não obstante as reservas apontadas, tem o mérito de relembrar aos investigadores pessoanos e a todos os agentes culturais portugueses a importância dos inúmeros fragmentos de Pessoa ainda por editar e a necessidade de conter a deterioração física dos *dissecta membra* que constituem o Espólio pessoano. <<